

Comunicação, democracia e sociedade: aspectos comparativos no contexto político eleitoral no Brasil e Alemanha

Alessandra de Castilho¹
Roberto Gondo Macedo²

Resumo

Um dos pilares balizadores de uma sociedade participativa democraticamente e que transite em uma consolidação do sistema político é a capacidade de promover uma liberdade de expressão social que valide o real direito do cidadão no que tange suas necessidades sociais e regionais. O objetivo do artigo é promover um panorama descritivo dos sistemas políticos eleitorais do Brasil e Alemanha sob a égide da comunicação pública e política, demonstrando particularidades dos dois sistemas no sentido de aplicação comunicacional em contexto presidencialista e parlamentarista. Ambos os países apresentam grande representatividade nos seus blocos econômicos e possuem visibilidade internacional de seus atores políticos, o que torna as estratégias de comunicação fundamentais e com busca intensa por êxito para fortalecimento da imagem pública.

PALAVRAS-CHAVE: democracia; comunicação política; eleições; presidencialismo; parlamentarismo.

¹Mestre em Comunicação Social pela UMESP, Especialista em Comunicação Empresarial. Coordenadora da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do ABC e Coordenadora da AssCom da Sociedade POLITICOM, email: ale_castilho@hotmail.com

²Doutor em Comunicação Social pela UMESP, Pós-Doutorado em desenvolvimento pela ECA/USP, Mestre em Administração Pública. Docente e Pesquisador do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Presidente da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e :Marketing Político – POLITICOM, email: r.gondomacedo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um dos pontos mais importantes da política internacional é a capacidade dos países contornarem problemas econômicos e apresentarem bons níveis de credibilidade para o mercado global de investimento. Nesse sentido, a comunicação se torna uma das vertentes de maior poder estratégico no contexto governamental nos países democráticos do mundo, principalmente nos países cuja representatividade é maior em seus blocos econômicos e regionais.

Depois de 2008, de modo mais acentuado, o mundo globalizado e integrado econômica e socialmente pode observar a vulnerabilidade de muitos países frente aos problemas de ordem econômica, que prejudicaram o desenvolvimento, acarretando em limitações financeiras na grande maioria dos países do hemisfério norte.

Outros países surgem no cenário mundial como francos emergentes no processo produtivo, corporativo e social, como no caso dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Esse impacto diante do mundo como países com potencial de crescimento somente é possível pelas ações internacionais desenvolvidas governamentalmente, que transformam uma nação em um espaço atraente para investimentos e crescimento econômico.

Brasil e Alemanha, apesar de estarem em bloco econômicos distintos possuem algumas características semelhantes, no que tange seu papel frente aos demais países do seu grupo econômico. Nos últimos semestres, a Alemanha, suas políticas públicas e posicionamento frente à Comunidade Europeia foi fundamental para contribuir para controlar os problemas econômicos existentes nos países pertencentes a CE.

Por ser o maior país da Comunidade Europeia, a Alemanha necessita, tanto quanto o Brasil se posicionamentos governamentais sustentáveis e que promovam credibilidade internacional, inclusive internamente, nas ações de governo dentro do contexto social interno. As eleições são importantes para manter o sistema sustentável e com representação democrática, bem como garantir competitividade entre os partidos políticos e seus candidatos.

Diante desse cenário democrático de escolha eleitoral, a comunicação política e compreendida como uma forma de propiciar maior potencialidade na competitividade eleitoral, aliando processos de publicidade, propaganda, marketing e demais vertentes comunicacionais aliados na construção de imagem e identidade política, para partidos e políticos.

O fortalecimento do desejo popular estimula o aumento das ações de comunicação aliadas com análises estratégicas do perfil do eleitoral e do jogo político que envolve poder, governabilidade e articulações políticas. Isso ocorre porque em um ambiente eleitoral aberto ao voto da população, utilizar métricas de comunicação política contribui para que as mensagens e construção de identidades sejam realizadas e fortalecidas.

As novas tecnologias cresceram de modo concomitante com o processo de redemocratização na América Latina e esse fator contribuiu para que a competitividade eleitoral e governamental se tornasse mais acirrada e estratégica. O acesso à informação com mais facilidade para o cidadão permite maior capacidade na decisão de

candidatos e partidos no gerenciamento de uma cidade, estado ou país.

Esses estudos e análises do comportamento político e eleitoral na contemporaneidade são relevantes dentro do universo político e corroboram para que o espírito democrático continue estruturado e com perspectivas de amadurecimento. Essa vertente da comunicação reúne pesquisadores de todo o mundo com grande representação latina americana.

Observando essa necessidade e importância, a Sociedade Brasileira dos Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e Marketing Político, intitulada POLITICOM onde mantém grupos de pesquisa que promovem estudos dos fenômenos políticos envolvendo a relevância da comunicação e marketing político no Brasil e em demais países democráticos do mundo.

Criada no ano de 2001, com o estímulo brasileiro da Cátedra UNESCO de Comunicação para o desenvolvimento regional, a POLITICOM foca atualmente suas investigações de foro internacional para o contexto Ibero americano, com maior predominância de pesquisa para América Latina.

Um dos formatos escolhidos para difusão e promoção do debate da temática de comunicação política é a participação anual dos Colóquios Binacionais organizados e desenvolvidos pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM. Vários países foram estudados sempre com respeitabilidade de suas especificidades regionais, bem como o histórico de suas reivindicações políticas e sociais.

A escolha para estudo de Brasil e Alemanha é salutar, visto que são duas grandes referências econômicas para seus respectivos blocos econômicos, com democracias consolidadas e estilos distintos de organização nos seus sistemas políticos.

Comunicação pública e política

Não há dúvidas de que o Governo Federal tem o dever de realizar campanhas e programas que atendam às necessidades da sociedade, se não em sua totalidade, ao maior número possível de pessoas. Porém para que esses projetos alcancem sucesso é fundamental que se contemple, não apenas sua elaboração e execução, mas, sobretudo, a comunicação e a mobilização da sociedade para que ela tenha acesso ao serviço prestado.

Mas nem sempre foi assim. A comunicação pública já esteve, durante sua história, a serviço de alguns aspectos negativos, como da propaganda, manipulação, acompanhamento de guerras, etc. Hoje, uma nova percepção da comunicação pública sugere que ela seja entendida

[...] não apenas como a instrumentação do poder, mas, sobretudo, como o território em que muitos sujeitos buscam interesses legítimos e usam a informação e a comunicação não tanto para vender algo, mas para apresentar sua identidade, sua visão e seus objetivos (ROLANDO, 2011, p.26).

Segundo Novelli (2006), a comunicação pública deveria ser compreendida como “O processo de comunicação que ocorre entre as instituições públicas e a sociedade e que tem por objetivo promover a troca ou compar-

tilhamento das informações de interesse público”. A comunicação como tal é, portanto, voltada ao viés social de fomento das relações sociais visando a participação de todos os atores envolvidos, garantindo uma sociedade civil cidadã, com direitos e vozes iguais.

Para Matos (2011), a comunicação pública tem sido invocada como sinônimo de comunicação governamental, referindo-se às normas, princípios e rotinas da comunicação social do governo. Para a pesquisadora, comunicação pública é o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, como um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país.

São atores que participam dessa comunicação: a sociedade, o terceiro setor, a mídia, o mercado, as universidades, as instituições religiosas e os segmentos a que se tem negado reconhecimento.

Segundo Habermas (apud RIBEIRO, 2001, p. 96),

A comunicação tem um papel central na formação de identidades, comportamentos e sociabilidades e na dinâmica em espaços públicos movidos por diferentes práticas culturais, em condições potenciais de exercício de uma pluralidade discursiva que amplia, temática e praticamente o conceito de sociedade, cidadania e subjetividade.

Porém nem sempre foi assim. Recorrendo aos primeiros trabalhos da comunicação pública, quando ela ainda estava bastante enraizada na comunicação governamental, ou seja, por volta dos anos de 1930, vale lembrar que o governo federal impôs políticas de controle de informação. Vale lembrar que em se tratando da comunicação governamental, seu objetivo primordial é levar à opinião pública fatos de significação, ocorridos na esfera governamental (TORQUATO, 1985, p.36).

O campo da comunicação no contexto da sociedade contemporânea contempla como principais característica, na opinião de Kunsch (2010), a visão abrangente da comunicação no âmbito das transformações sociais, a comunicação como um processo social básico, o poder das novas tecnologias de comunicação e da informação nos processos e mediações das transformações políticas, econômicas e sociais, e o papel dos profissionais de comunicação frente aos desafios da contemporaneidade.

A comunicação pública adota características tão particulares em relação às comunicações organizacionais, uma vez que ela ocorre no espaço de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil – que se inclui aqui partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão) que discutem temas de interesse público.

Já a comunicação política surge principalmente após a redemocratização brasileira, período em que, segundo Matos (1999),

“os governos civis pareceram pensar a tarefa comunicacional principalmente como tarefa exclusiva da comunicação política, como produto da publicidade ou das estratégias de marketing, visando o convencimento, o impacto junto à opinião pública e a busca de resultados imediatos”.

Neste caso, identifica-se a comunicação que envolve unicamente os partidos, candidatos, eleitores e mídia visando a legitimidade e a representatividade do poder estatal no sistema político, característica da comunicação política. Segundo Habermas (2008, p.12) “a comunicação política mediada não precisa preencher todos os padrões de uma deliberação ideal, assumindo diferentes formas em diferentes arenas”.

Essa comunicação política que é percebida na chamada sociedade midiática se posiciona na direção oposta aos requerimentos normativos de uma política participativa e deliberativa evidenciando suas significativas diferenças características da comunicação pública.

Um ponto que a comunicação política no Brasil está mais direcionada aos eleitores é do ponto de vista da proporcionalidade do parlamento, devido o sistema brasileiro ter todo o parlamento formado por políticos eleitos pelo voto unipessoal e não por lista fechada, definida pelo partido. O sistema alemão é menos personalista nesse sentido e possui estrutura mista, no sentido que existe a possibilidade de voto em candidatos unipessoais e também o voto destinado à legenda, que elege parlamentares definidos em lista partidária.

Apesar de ser também uma federação, o poder do Presidente da República é mais limitado do que no Brasil, não ocasionando um fenômeno que ocorre em terras brasileiras de grande influência decisório no poder federal e o papel do Presidente. Isso influencia também no formato estratégico de comunicação desenvolvido para construção de imagem de um presidenciável nos dois países, onde o poder de governabilidade é diferente.

Sistema presidencialista brasileiro: estratégia, voto e poder

Com colonização portuguesa, o Brasil se difere da grande maioria dos países do seu bloco econômico latino americano que possuem base colonizadora espanhola. Esse fato histórico possui fundamental influência no modo de organização nacional e comportamentos políticos ocorridos nas últimas décadas da evolução republicana brasileira.

O processo de redemocratização brasileiro pode ser considerado com um dos sistemas que mais teve dificuldade de se estabelecer e se consolidar, principalmente pelo sua dimensão territorial e limitações populares estabelecidas pelo regime ditatorial.

Obviamente, comparado com a Alemanha, que reconduziu um sistema democrático após a derrota na segunda grande guerra, conseguiu alinhar várias vertentes que foram positivas para a sustentabilidade do seu modelo de gestão, em primeiro momento na Alemanha Oriental (até a década de 80) e posteriormente em uma Alemanha unificada, após a queda do Muro de Berlin, em 1989.

Segundo Linz; Stepan (1999, p. 203) “entre 1985 e 1993, sete diferentes pacotes de reformas foram lançados, fracassaram e foram abandonados por uma sociedade política incapaz de unir-se para forjar uma coalizão sustentável para a formulação de novas políticas”. A união de medidas de coalizão e governabilidade está relacionada também ao tipo de governo e sistema eleitoral vigente.

A escolha de um sistema eleitoral é consequentemente determinada por fatores concretos, depende, sobretudo, da função que os representantes eleitos devem exercer. Se o objetivo é formar um governo forte e estável, capaz de tomar decisões no decorrer de toda a legislatura, o sistema de pluralidade é o melhor método. Se o objetivo é formar uma assembleia consultiva que expresse todas as nuances de um país, a representação proporcional é claramente preferível. (DUVERGER, 1990, p.36).

A transição democrática brasileira começou no ano de 1974 com o governo ditatorial de Ernesto Geisel e somente teve sua finalização com a eleição para presidente de Fernando Collor de Melo, no ano de 1990. Durante esse período, nos idos dos anos 80, ocorreu uma intensa manifestação popular com o objetivo de reivindicar o direito do voto direto para presidente da República, denominado “Movimento Diretas Já”.

Apesar do movimento não ter obtido êxito em primeiro momento nas instâncias jurídicas federais, isso criou um processo crescente de adesão popular no interesse na conquista do direito de escolha de seus governantes, o que culminou indubitavelmente para que o processo eleitoral ocorresse semestres depois, homologando o modelo eleitoral existente até os dias atuais.

A legitimidade de um sistema político acontece quando a população e demais atores sociais do país entendem que o único caminho pertinente para o equilíbrio social é a continuidade da democracia. No caso Brasil, o descontentamento da população com diversos anos de crise econômica dificultou o processo de estruturação do regime.

Todavia, desde as eleições de 1989, o país viveu em processo contínuo de desenvolvimento eleitoral e político, ao menos no sentido de garantir que o viés democrático é o melhor caminho para o gerenciamento público nacional. Compreendendo que a coletividade é base de um processo democrático, Benhabib (1996, p. 69) relata que “as decisões que afetam o bem-estar de uma coletividade devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados iguais e moral e politicamente”.

Utilizando dos recursos tecnológicos e da capacidade informacional das mídias existentes na sociedade contemporânea favorecem uma composição política de grande visibilidade social e também de sistema político multipartidário, visando sempre o princípio da governabilidade e coalizões para gestão pública. Esse ponto se fundamenta no princípio descrito por Sartori; Morlino (1989, p. 139) “onde o sistema político se constitui como estrutura global de centros de influência e informação plurais e diversos”.

Apesar de um contexto político brasileiro desgastado por diversos casos e denúncias de corrupção e uso com improbidade dos recursos públicos, é perceptível que o cidadão se coloca descontente com determinada classe ou contexto, mas não coloca em hostilidade o conceito de viver um ambiente democrático de escolha de seus representantes.

A política é feita de “competição ideológica”, de conflitos entre sistemas de pensamento e de ação. Diante da impossibilidade e indesejabilidade de tentar especificar os “fins últimos” da política, mediante definições substantivas de “bem comum” ou proposições de uma

moralidade objetiva – as teorias pluralistas da democracia defendem que os processos do debate devem ser os critérios para se chegar à definições necessárias para a implementação de políticas públicas legítimas. (MAIA, 2008, p.177).

Observando essas manifestações cidadãs, é notório salientar que o sistema democrático brasileiro está em um estágio caminhando para uma maturidade política, mesmo considerando que o nível de participação e conscientização social ainda é limitado, o ambiente de democracia e direito ao voto, bem como oportunidade de escolha dos representantes públicos já é uma situação perpetuada como sine qua non na estrutura social brasileira.

Alemanha e o parlamentarismo

A Alemanha é o país localizado na União Européia com o maior número de habitantes, aproximadamente 82 milhões. República Federal, seus órgãos legislativos nacionais são o Bundestag (Assembléia Federal), cujos membros são eleitos por sufrágio universal, e o Bundesrat (Conselho Federal), que é composto por 69 representantes dos 16 Estados Federados.

O país já teve seu território dividido em dois "Depois da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha ficou dividida numa parte ocidental, a República Federal da Alemanha, com um regime democrático, e numa parte oriental, a República Democrática da Alemanha, com um regime comunista" (site oficial da União Européia). Essa separação só foi desfeita após a queda do Muro de Berlin, em 1989, o maior símbolo dessa divisão.

É a terceira maior economia mundial, e sua economia se destaca principalmente na produção de automóveis, na indústria mecânica de precisão, de equipamentos eletrônicos e de comunicação, e também nos setores químico e farmacêutico.

Com relação ao sistema político, a República Federal Alemã adotou o sistema parlamentarista. É importante neste momento demarcarmos muito bem o significado do parlamentarismo quanto sistema de governo antes de entrarmos nos detalhes do modelo alemão. O cientista político Philippe BRAUD (1996, p. 171) define o parlamentarismo como sendo o "regime político em que o governo (Conselho de Ministros), que exerce o poder em nome de um chefe de Estado irresponsável, é politicamente responsável frente a uma Assembleia Nacional sujeita à dissolução"

A sua principal diferença em comparação ao sistema presidencialista, incorporado no Brasil, está na dependência ou necessidade de cooperação política entre os Poderes Executivo e Legislativo. Pois no sistema presidencialista, há a independência política entre os Poderes.

No caso do sistema parlamentar adotado na Alemanha, ele se difere ainda dos demais sistemas parlamentaristas europeus, mas aparentemente tem se mostrado adequado, uma vez que não se discute no país uma reforma nesta área.

Apesar de cada Estado ter as suas particularidades, no que se refere ao sistema parlamentarista, é possível hoje destacarmos três modelos distintos de parlamentarismo: o modelo britânico, que é considerado o modelo clássico por ter sido o primeiro a surgir, e os modelos alemão e

francês. Esses modelos distintos vão surgir em função da relação do parlamentarismo com a forma de governo, monárquica ou republicana, e dentro da forma republicana em função da eleição direta ou indireta do chefe de Estado, ou seja, do Presidente da República. (GROFF, 2003, p.137)

A norma constitucional na República Federal Alemã é derivada da Lei Fundamental, que tem entre suas particularidades, algumas apontadas por Zimmerling (1991),

“Em primeiro lugar, o chefe do Governo é eleito pelo Parlamento (art. 63). A eleição ocorre por proposta do presidente da República, mas o Parlamento pode não aceitar o candidato proposto. Se este não alcançar maioria absoluta, o Parlamento pode, em seguida, eleger outra pessoa para o posto. O Parlamento tem catorze dias de prazo para fazê-lo com maioria absoluta, ou seja, com os votos da maioria dos membros da Casa. Apenas quando isso não ocorre registra-se como eleito numa nova eleição o nome que nela obtenha a maioria dos votos. Caso se verifique uma maioria absoluta para um candidato, então o presidente da República é obrigado a nomeá-lo chefe de Governo. Apenas quando isso não ocorre ele pode decidir seja pela nomeação da pessoa eleita ou pela dissolução do Parlamento. Exceto no tocante ao ato formal de nomeação, o papel político do presidente da República limita-se, portanto, a tornar possível a formação sem atritos de um governo majoritário, mediante a proposta de um candidato adequado a chefe de governo.”

O poder do Parlamento na República Federal Alemã não se restringe a montar o governo. Ele pode também destituir o governo mediante um voto de desconfiança, como estabelece o art. 67 da Lei Fundamental. Porém, o contrário também é possível, ou seja, o chefe de Governo pode promover a dissolução do Parlamento e a convocação de novas eleições quando julgar que este não oferece um voto de confiança.

Com relação ao funcionamento efetivo do processo político na Alemanha, a principal diferença está no poder limitado da autonomia política do presidente da República, uma vez que tem suas competências executivas divididas com o chefe de Governo. O presidente da República, ou chefe de Estado, tem neste sistema poderes quase simbólicos.

Vale ressaltar ainda que na Alemanha não há voto direto do povo para nenhum de seus governantes. O presidente é eleito por um colégio eleitoral, a Assembleia Nacional, em reunião exclusiva para este fim. A Assembleia é formada por deputados federais e delegados escolhidos pelas assembleias legislativas dos 16 estados, em números iguais. O mandato presidencial é de cinco anos, sendo permitida uma única reeleição.

Os artigos 58 a 60 da Lei Fundamental estabelecem, entre outras coisas, que todas as suas ordens e deliberações necessitam da co-assinatura do chefe de Governo (chanceler) ou ministro envolvido. Estabelece ainda que, para tornar efetivos os acordos feitos com outros Estados, é necessária a aprovação pelo Parlamento.

“em quase todos os casos, portanto, também sua participação na formulação legislativa limita-se à assinatura das leis deliberadas no Parlamento federal (Bundestag) eventualmente com a participação do Bundesrat [órgão do Legislativo federal cujos membros são indicados pelos executivos dos Estados da Federação, em complemento ao Bundestag, eleito pelo voto popular direto] (Zimmerling, 1991)”.

Já o chefe de Governo, ou chanceler, não apenas determina as diretrizes da política governamental, como também determina a composição do Gabinete. Essa composição pode ser modificada a qualquer momento durante o mandato. Porém, os membros do Gabinete não dependem de aprovação do Parlamento, que pode apenas negar confiança ao próprio chanceler, demonstrando reprovação ao conjunto do governo.

Uma característica bastante evidente no parlamentarismo é a busca por uma estabilidade e continuidade governamental. Para isso, foi estabelecido na Lei Fundamental que todo governo em exercício deve permanecer no mandato em quaisquer circunstâncias até que tenha sido eleito o novo chefe de Governo.

Portanto, ainda que o Parlamento demonstre desconfiança em relação ao governo, qualquer alteração só pode ser realizada após a escolha do novo chanceler. Este mecanismo, batizado de “moção construtiva de desconfiança”, foi criado devido a experiência fracassada da República de Weimar, instaurada em 1919, e que foi marcada pelo desentendimento dos partidos, que levavam os governos a uma rotatividade muito grande.

Além disso, o governo federal alemão é marcado pela composição de coalizões, justificadas pela dificuldade de um único partido obter a maioria absoluta no Parlamento. Dessa maneira, é comum que a agremiação política de maior força na bancada busque parcerias para formar a maioria e assim eleger o chanceler federal e compor o gabinete do governo.

Já a eleição para o Poder Legislativo, Bundestag, acontece por meio do sistema distrital misto. Os eleitores depositam dois votos, o primeiro em um candidato distrital (cada partido tem direito a lançar um nome por distrito) e o segundo em um partido, o voto de legenda (ARDANT, 1995, p. 277). Os deputados eleitos permanecem no mandato por quatro anos.

Para formar bancada no Parlamento, o partido precisa obter ao menos 5% dos votos em todo país. Porém uma legenda pode eleger diretamente algum deputado pelo voto distrital, neste caso ele assume o mandato, mas sem os direitos exclusivos da bancada. Em alguns casos excepcionais, o Bundestag pode ser dissolvido pelo presidente caso, por exemplo, nenhum partido consiga aliar-se com outros para obter maioria e formar um governo. Nestes casos, há convocação imediata de novas eleições.

Já os membros do Conselho Federal, o Bundesrat, não são eleitos por voto popular. Sua representatividade é formada por governadores e seus secretários, em número que pode variar em cada estado, sendo o mínimo três e o máximo seis, de acordo com o número de habitantes. Os membros são de livre escolha e destituição dos governos dos Estados. É neste Conselho que se concentra um papel democrático importante,

“Conselho Federal ainda exerce uma função fundamental, ele é o garantidor da democracia. Assim, no caso em que o governo for autorizado pela Constituição a agir sem o consentimento da Câmara popular, ele não pode agir sem o acordo do Conselho” (GROFF, 2003, p.142)

O sistema parlamentarista alemão é replicado também nas esferas estaduais e municipais. Em sua maioria, governadores e prefeitos são eleitos pelas assembleias legislativas e pelas câmaras municipais. O voto direto dos eleitores foi adotado apenas a partir da década de 90 por algumas cidades, entre elas Colônia.

Considerações Finais

As origens do sistema democrático brasileiro e alemão foram distintas, mas atualmente ambos os países apresentam importante papel no contexto econômico internacional, sendo representativos para os seus blocos econômicos: O Brasil com a América Latina e BRICS; Alemanha com a intrínseca influência nas questões políticas e estratégicas da Comunidade Europeia.

A Alemanha possui um sistema democrático mais maduro no sentido de limitações de poderes, dentro da lógica democrática parlamentarista e também no controle de representatividade do parlamento federativo. Esses critérios e estrutura organizacional influenciam diretamente na formação de estratégias eleitorais e de governabilidade, baseadas nas ações de comunicação pública, política e gestão pública.

O Brasil apresenta molde presidencialista e com candidaturas parlamentares unipessoais, fomentando um parlamento formado muitas vezes por candidatos que não possuem representativa capacidade de gerenciamento público, seja no legislativo ou executivo. A redemocratização brasileira ocorrida três décadas atrás ainda coloca o país como uma democracia jovem, comparada com países democráticos mais tradicionais do continente europeu ou norte-americano.

As ações de comunicação política são fortes para as esferas majoritárias, principalmente para a disputa presidencial, que por ser presidencialista, permite poderes intensos na gestão do Presidente da República, com chances bem menores de controle e destituição de seus poderes, como no cenário parlamentarista.

Todavia, os acontecimentos de 2013 referentes às mobilizações sociais ocorridas em todo o território nacional fomentaram a necessidade de uma Reforma Política Nacional, que pode alterar o sistema de eleições e mandatos, melhorando a competitividade eleitoral, fortalecendo o senso democrático e mantendo a base consolidada da democracia brasileira.

A influencia das ações comunicacionais na contemporaneidade são evidentes na grande maioria dos países democráticos, principalmente pelo interesse e necessidade de construção de uma imagem pública e marca país sustentável para atração de investimentos, aceitação popular e, conseqüentemente, maiores chances de crescimento econômico e social.

REFERÊNCIAS

- ARDANT, Philippe. *Institutions politique & droit constitutionnel*. 7e éd. Paris: L.G.D.J., 1995. 578p.
- BENHABIB, S. *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- BRAUD, Philippe. *Sociologie politique*. 3e éd. Paris: L.G.D.J., 1996. 577p.
- DUVERGER, Maurice. *Participação político-social – 1988: Brasil e Grandes regiões*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.
- GROFF, Paulo Vargas. *Modelos de parlamentarismo: inglês, alemão e francês*. Brasília a. 40 n. 160 out./dez. 2003. Artigo retirado da Internet. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/rl/Pdf/pdf_160/RIL160-11.pdf. Acesso em: 13/07/2013
- HABERMAS, Jürgen. *Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica*. Revista Líbero, ano XI, nº21, jun 2008.
- KUNSCH, M. M. K. “A gestão da comunicação no relacionamento dos órgãos públicos com os cidadãos e a comunidade local”, palestra apresentada no Seminário de comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil. Tocantins, 2010.
- LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAIA, Rousiley. *Visibilidade midiática e deliberação pública*. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas*. São Paulo, Paulus, 2008.
- MATOS, Heloiza. *Comunicação Pública, Democracia e Cidadania: O Caso do Legislativo*. Trabalho apresentado no XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares – INTERCOM, realizado em 1999. Originalmente publicado em: <http://www.fafich.ufmg.br/~larp/intercom99/matos.htm>
- _____. *A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento*. In KUNSCH, Marga-

rida Maria Krohling (org). Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

NOVELLI, Ana Lucia. O Papel Institucional da Comunicação Pública para o Sucesso da Governança. Em ORGANICOM, Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, ano3, nº 4, 1º semestre 2006

PORTAL SÃO FRANCISCO. Parlamentarismo com presidente simbólico. Disponível em: <http://www.portalsao-francisco.com.br/alfa/alemanha/politica-da-alemanha.php>. Acesso em: 13/07/2013

RIBEIRO, Lavina. Comunicação, Cultura e Cidadania no Brasil. In: Comunicação e Espaço Público, nº 2, agosto/setembro de 2001.

ROLANDO, S. Comunicação Pública a serviço da Sociedade e do Cidadão. In: KUNCH, M. M. K. (Org.). Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. São Paulo: Difusão, 2011. Pag. 23-37

SARTORI, G; MORLINO, L. La comparación en las ciencias sociales. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

TORQUATO DO REGO, Francisco Gaudêncio. Marketing político e governamental. 3. ed. São Paulo: Summus, 1990.

ZIMMERLING, Ruth. Alemanha: parlamentarismo e o fantasma de Weimar. Revista de Cultura e Política, Lua Nova no.24 São Paulo, Set. 1991.